



PARECER JURÍDICO Nº 066 DE 2021.

OBJETO: Projeto de Lei nº 091/21

AUTOR: Professor Shinayder

INTERESSADO: Comissão de Justiça e Redação

ASSUNTO (EMENTA): Dispõe sobre a caracterização e inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que impeçam de fazer uso adequado de máscara de proteção facial e de seus responsáveis legais como grupo prioritário no Plano de Vacinação contra a Covid-19 no Município de Formosa.

1

Por ser atribuição dessa Assessoria Jurídica assessorar as Comissões Permanentes, emite-se parecer sobre o Projeto de Lei nº 091/21, de autoria do vereador Professor Shinayder.

**O presente Projeto está acompanhado dos seguintes elementos/documentos/anexos:**

- ☒ justificativa;
- ☐ impacto financeiro e orçamentário;
- ☐ cronograma físico financeiro;
- ☐ cláusula financeira;
- ☒ cláusula de vigência;
- ☐ cláusula revogatória;
- ☐ disposições transitórias;

**A ver da Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei é:**

- ☐ constitucional com amparo no art. ;
- ☐ legal com amparo no art.;
- ☒ inconstitucional por invasão de competência e vício de iniciativa;
- ☒ inconstitucional com amparo nos arts 2º,84, II e III;
- ☐ ilegal porque contraria dispositivos previstos na lei orgânica art. 69, I e V.

**Assim, entende-se que:**

- ☐ não há óbice à sua tramitação estando apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis;
- ☒ há óbice à sua tramitação por contrariar dispositivos constitucionais e legais supra mencionados.

Preliminarmente cumpre salientar que compete à Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Formosa-GO, dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

O assistente jurídico no desempenho de sua função, na forma do art.133 da CF/88 e o art.2º, §3º c/c o art.7º, I, da Lei n. 8.906/1994, possui liberdade e autonomia para exprimir sua opinião técnica.

Ademais, importante registrar que o presente parecer, não obstante a sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante e tampouco caráter decisório, tendo as autoridades a quem couber a sua análise plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

De igual forma, destaca-se que este parecer não substitui o parecer da CJR ou de outras comissões competentes para apreciar a matéria, na forma regimental.



Ao adentrar na análise da matéria nota-se que apesar da relevância o presente projeto esbarra no vício de iniciativa insculpido no artigo supra elencado, eis que o Poder Legislativo não possui competência para legislar em matérias de competência originária do Poder Executivo. Ressalte-se que o texto apreciado conflita de forma direta com o teor do artigo 69, incisos I e V, da Lei Orgânica Municipal que assim dispõe:

Art. 69 – Compete ao Prefeito:

I – exercer a direção superior da Administração Municipal ...

(...)

V – dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da Administração Municipal;

2

Desta feita verifica-se que no sistema atual, o chefe do Poder Executivo ficou incumbido de estabelecer as políticas e diretrizes administrativas, bem como criar programas de governo. É o exercício de suas funções típicas independentemente de qualquer intromissão e esse preceito advém do imperioso respeito ao princípio da separação dos poderes, considerado cláusula pétrea, nos termos do art. 60, §4º, inciso III da Constituição Federal.

O presente projeto, ao incluir categorias como prioritárias no Plano Municipal de Imunização ao Covid-19, invade indubitavelmente a órbita de competência do chefe do Poder Executivo local, estando, portanto, eivado de inconstitucionalidade por ofensa a preceitos contidos na Constituição federal e na LOM. Com efeito, a norma proposta interfere na atividade administrativa Municipal, esta de exclusiva competência do Poder Executivo, matéria de ordem pública, com gestão do Prefeito, fora do âmbito de atuação do Poder Legislativo.

O Ministério da Saúde considerou como grupos prioritários na primeira fase da vacinação trabalhadores dos serviços de saúde, pessoas a partir de 80 anos, depois de 75 a 79 anos, e indígenas. Na segunda fase, pessoas de 70 a 74 anos, de 65 a 69 anos e de 60 a 64 anos. Na terceira fase, estão pessoas com comorbidades (diabetes mellitus; hipertensão; doença pulmonar obstrutiva crônica; doença renal; doenças cardiovasculares e cerebrovasculares; indivíduos transplantados de órgão sólido; anemia falciforme; câncer; obesidade grave). Na quarta e última fase de grupos prioritários, estão professores, do nível básico ao superior, forças de segurança e salvamento e funcionários do sistema prisional.

Já o plano municipal de vacinação considerou, como prioritário, num primeiro momento, trabalhadores da saúde (diretamente na linha de frente da Covid-19) 34% dos profissionais e pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência (institucionalizadas), asilos e acamados e agora estão imunizando os idosos com 60 anos. Não poderia o vereador, invadindo a seara de competência do Chefe do Poder Executivo, criar uma nova escala de prioridades.

Ademais, não compete ao Município estabelecer outras prioridades na vacinação, pois é competência concorrente da União, Distrito Federal e Estados, como estabelece o artigo 24, incisos XII e XIV, da Constituição da República.

Além disso, houve afronta ao princípio da separação de Poderes, insculpido no artigo 2º, da Constituição Federal, pois invadindo a seara de competência do Executivo, o projeto analisado interferiu indevidamente nas atribuições de outro poder. No mesmo sentido, ao julgar Ação Direta de



Inconstitucionalidade que discutia vício de iniciativa de mesmo jaez, o desembargador Jarbas Mazzoni proferiu voto no seguinte sentido:

“A administração municipal incumbe ao Prefeito eleito. É ele quem define as prioridades e as políticas públicas a serem implementadas, bem assim os serviços públicos que serão prestados à população, tudo sob a perspectiva e motivação do atendimento do interesse público. Nessa seara, a Câmara não tem como impor suas preferências, podendo quando muito formular *indicações*, mas não sujeitar aquela autoridade ao cumprimento de lei que, longe de fixar uma regra geral e abstrata, constitui verdadeira ordem ou comando, para que se faça algo.”

Não é demais ressaltar que a estrutura do processo legislativo prevista na Carta Magna, em especial, no tocante às hipóteses de iniciativa privativa do Presidente da República é de observância obrigatória pelos Estados-Membros e Município, como pondera Alexandre de Moraes.<sup>i</sup> É inegável que o presente projeto afronta à LOM, pois no modelo previsto pela Constituição Federal a iniciativa do processo legislativo para a matéria aqui atacada pertence ao Poder Executivo, inclusive, no ensinamento da lavra de Manoel Gonçalves Ferreira Filho “o aspecto fundamental da iniciativa reservada está em resguardar a seu titular a decisão de propor direito novo em matérias confiadas à sua especial atenção, ou de seu interesse preponderante”<sup>ii</sup>.

Assim, nesse contexto, subsumindo o caso concreto à norma tratando-se de matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, este Projeto de Lei apresenta vício de iniciativa não sendo possível admitir sua constitucionalidade eis que o mesmo afronta os ditames do art. 69, incisos I e V da LOM. Entretanto, dada a relevância da matéria, pode o vereador legislar por indicação nos termos do art. 173 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Por fim, repise-se que o presente parecer não tem efeito normativo e analisa tão somente à técnica legislativa e às disposições legais, não cabendo à essa Assessoria Jurídica a análise do mérito cuja competência exclusiva é dos vereadores deste Poder Legislativo.

É o meu parecer salvo melhor juízo.

Formosa, 13 de maio de 2021.

ASSISTENTE JURÍDICO

<sup>i</sup>Alexandre de Moraes, Constituição do Brasil Interpretada, São Paulo, Atlas, 2002

<sup>ii</sup>Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Do Processo Legislativo, Ed. Saraiva, 1984